

“BRIGANDO SEMPRE”. REMINISCÊNCIAS
DE UM HONRADO PAI-DE-SANTO GAÚCHO

*“ALWAYS FIGHTING”. REMINISCENT
OF A HONOURABLE PAI-DE-SANTO GAÚCHO*

Ari Pedro Oro¹

Este texto quer ser um tributo de agradecimento e de reconhecimento a um dos maiores líderes afro-religiosos que viveram no Rio Grande do Sul. Sou grato a Adalberto Pernambuco Nogueira pela sua disponibilidade e generosidade em atender a mim e a todos os interessados em conhecer o campo afro-religioso, sejam eles provenientes ou não da academia. Seu conhecimento deste campo religioso, complementado pela sua erudição resultante de leituras realizadas sobre o mesmo, bem como sobre o campo religioso em geral, além de suas inúmeras atividades e iniciativas conduzidas no seu meio religioso e fora dele, coloca esse pai-de-santo na galeria dos mais destacados representantes do campo afro-religioso gaúcho.

Como este artigo consiste, em grande medida, numa recuperação da memória de situações e vivências pessoais envolvendo o referido pai-de-santo, inicio fazendo uma pequena digressão para esclarecer como cheguei ao campo afro-religioso em geral e ao Pai Pernambuco em particular.

AS PORTAS SE ABREM: “ALUPO”.

Iniciei minhas pesquisas sobre as religiões afro-brasileiras no Rio Grande do Sul no primeiro semestre de 1986. Retornei do doutorado, defendido na Sorbonne Nouvelle, em Paris, em dezembro de 1985, com um grande interesse em conhecer essas religiões. O objeto de minha tese de doutorado foi outro. Versou sobre um movimento messiânico que acompanhei

¹ Professor de Antropologia do PPGAS/UFRGS, Brasil. E-mail: arioro@uol.com.br

etnograficamente no Alto Solimões, entre os anos de 1977 e 1981, intitulado Irmandade da Santa Cruz. A tese foi publicada poucos anos mais tarde (Oro, 1989).

A motivação para me aproximar do campo afro-religioso eu trouxe da França como um desafio pessoal, resultante de um episódio ocorrido num seminário que cursei, em 1984. Com efeito, em certa ocasião, o professor, também meu orientador, Jean Séguy, comentou que havia lido a afirmação de Roger Bastide segundo a qual no Brasil o Candomblé era frequentado não somente por negros mas também por brancos. Ao fazer esta observação, levantou a cabeça e disse: “A propósito, temos aqui um brasileiro”. E olhando para mim – eu era o único brasileiro da sala, ocupada por cerca de vinte estudantes, de diferentes nacionalidades – acrescentou: “poderia nos esclarecer melhor esta afirmação de Bastide?”. Eu, que nunca tinha entrado num terreiro, que havia lido muito pouco sobre Candomblé ou Umbanda, confesso que balbuciei algumas palavras, mas, é claro, não esclareci nada. Ou seja, não sem ter ficado um tanto envergonhado, não pude atender à solicitação do professor. Mas, esta questão eu a tomei como um desafio pessoal. Por isso mesmo, ao retornar do doutorado e logo no início do semestre escolar de 1986, enquanto professor na PUC/RS, indaguei já nas primeiras aulas aos alunos se alguém conhecia algum terreiro liderado por uma pessoa branca. A então aluna do Curso de Ciências Sociais, Maria Helena Nunes da Silva², respondeu positivamente. Assim, na sequência, ao término de uma aula, em torno das 18 horas, fomos na Rua Barão do Amazonas, n. 2199, no bairro Partenon, em Porto Alegre. Na frente da casa estava escrito: “Yle Asé Obá Oni Xangô Aganjú”. Ao bater na porta quem nos recebeu foi uma senhora branca, cujas palavras que saíam de sua boca

² Esta estudante, uma vez formada em Ciências Sociais na PUCRS, ingressou no PPGAS da UFRGS, mas concluiu o seu mestrado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Cultural da Universidade Federal de Pernambuco, onde defendeu a dissertação “O príncipe Custodio e a religião afro-gaúcha” (Da Silva, 1999). Maria Helena foi, para mim, uma importante auxiliar de pesquisa no meio afro-religioso gaúcho.

possuíam uma sonoridade toda particular e, para mim, bastante familiar. Com efeito, Maria di Franco era italiana, da Calábria, que aos 19 anos de idade, em 1953, emigrou com o esposo para Porto Alegre. Aqui tornou-se mãe-de-santo, em 1978. Faleceu em 2007. Desde então, seu filho, Luiz Antônio de Xangô, está à frente do terreiro. Pessoalmente e vários orientandos e estudantes meus tivemos a oportunidade de acompanhar rituais, realizar entrevistas nesta casa de religião, onde fomos sempre muito bem acolhidos.

Foi Mãe Maria di Franco, da Oxum, que em nossas primeiras conversas me sugeriu procurar Pai Pernambuco, pois, segundo ela, tratava-se de “um Pai muito bom e um estudioso da religião”. Foi o que fiz. Dirigi-me ao centro da cidade, na rua Vigário José Inácio, n. 547, sala 403, na sede da União de Umbanda do Rio Grande do Sul, entidade fundada em 7 de junho de 1953. Sem agendamento prévio bati na porta e Pai Pernambuco, ele mesmo, presidente dessa entidade, abriu-me a porta e convidou-me para sentar. Esta foi a primeira de mais de uma dezena de vezes que bati na porta deste local, bem como de sua própria residência, situada não distante dali, na Av. Salgado Filho. Hoje, olhando para trás, dou-me conta de que as duas portas que se abriram para mim, nas ruas Barão do Amazonas e Vigário José Inácio, foram momentos inaugurais, espécie de mito de origem, de meu ingresso no campo afro-religioso. Nos anos seguintes cruzei incontáveis vezes essas portas, nos horários os mais variados, tendo Maria di Franco e Adalberto Pernambuco Nogueira se tornado não somente informantes privilegiados, mas amigos, de saudosa memória, no sentido pleno da expressão.

Feito, portanto, esse recuo no passado para situar meu ingresso no campo afro-religioso e como cheguei ao Pai Pernambuco, passo agora a discorrer sobre alguns aspectos da vida deste personagem marcante no campo afro-religioso gaúcho, na sociedade gaúcha mais ampla e na minha própria trajetória como pesquisador deste campo religioso.

PAI PERNAMBUCO: DADOS BIOGRÁFICOS, EXPERIÊNCIAS PRÁTICAS POLÍTICAS

Adalberto Antônio Pernambuco Nogueira, o Pai Pernambuco, nasceu em Belém do Pará em 3 de maio de 1928. Atuou profissionalmente e se aposentou no Banco do Brasil. Morava no Rio de Janeiro quando foi transferido para Erechim, depois para Veranópolis e então para Porto Alegre, onde também desenvolveu a sua atuação religiosa. Dizia-se babalorixá da linha de Ijexá, filho de Xangô e sacerdote de Umbanda. Mas, sua atuação religiosa se destacou menos enquanto líder religioso que atua “numa casa de religião” e mais como um incentivador e defensor dos cultos afro-religiosos. Neste sentido, atuou fortemente na organização interna do meio afro-religioso gaúcho e, sobretudo, ao longo de sua vida realizou inúmeras iniciativas contra a intolerância religiosa, visando a sua aceitação social. Atuou como um intelectual orgânico deste meio religioso. Escreveu textos importantes sobre o negro no Rio Grande do Sul e, sobretudo, sobre as origens da Umbanda neste Estado assim como do Batuque, com suas diferentes “nações”, ou “lados”. Três textos de autoria de Pai Pernambuco figuram neste volume de Debates do NER. Além disso, deve-se ao Pai Pernambuco a promoção de eventos de demonstração pública da importância desse segmento religioso e a organização e estruturação de uma instituição que foi muito importante no segmento religioso, a União de Umbanda do Rio Grande do Sul, da qual foi presidente durante muitos anos. Esta entidade se transformou mais tarde em Conselho Estadual da Umbanda e dos Cultos Afro-Brasileiros (CEUCAB) e enquanto era vivo Pai Pernambuco foi sempre o seu presidente ou conselheiro geral. Após o seu falecimento, em 2004, a presidência do CEUCAB foi assumida por Clovis Alberto Oliveira de Souza, o Clovis de Xangô Aganju. Segundo Cintia Avila (2009, p. 43), Clovis de Xangô foi escolhido pelo próprio Pai Pernambuco, antes de falecer, para sucedê-lo no cargo de conselheiro geral.

No velório de Pai Pernambuco, e não por acaso, compareceram vários líderes religiosos do meio afro-religioso, mas, também, de outras religiões

com as quais Pai Pernambuco manteve ao longo de anos relações cordiais de colaboração e era muito bem quisto. Juntos, como veremos a seguir, integravam um grupo de diálogo inter-religioso. Muitas foram as frases elogiosas e carinhosas pronunciadas pelo padre católico, pelo pastor luterano, pelo rabino judaico, pelo líder muçulmano, antes do sepultamento de Pai Pernambuco.

DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO

Pai Pernambuco era um entusiasta na defesa das boas relações entre as religiões em geral e seus líderes em particular. Pleiteava a convivência pacífica entre as religiões. Neste sentido, fazia questão de visitar ou receber em seu gabinete membros de outras religiões, e participava de encontros de lideranças de diferentes igrejas e religiões. Referia especialmente o líder espírita Cicero Marcos Teixeira, o padre Roberto Paz, natural de Montevideu e representante católico do Grupo de Diálogo Inter-religioso de Porto Alegre, e Ahmad Samer Ali, Diretor do Centro Cultural Islâmico de Porto Alegre³. Juntamente com outros líderes religiosos, representantes do budismo, Zen Budismo, hinduísmo e das igrejas luterana e anglicana, além dos recém mencionados, integrava o grupo inter-religioso que se reunia periodicamente na Associação Cristã de Moços (ACM), onde almoçavam e trocavam ideias. Em entrevista concedida a Cintia Avila (2009, p. 40), Pai Pernambuco informou que as igrejas pentecostais e neopentecostais não participam do grupo inter-religioso, “primeiro porque elas não querem e segundo porque nós não queremos”.

Esse grupo inter-religioso atuava conjuntamente em atos ecumênicos que marcavam, por exemplo, datas festivas de cada uma das expressões religiosas referidas e em eventos festivos promovidos sobretudo pela Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre, como as comemorações de aniversário da cidade. Na ocasião, todos os líderes religiosos usavam a palavra para emitir

³ Para saber sobre este Centro Cultural e seu diretor, acima mencionado, bem como sobre a presença dos muçulmanos em Porto Alegre, ver Pereira (2001).

mensagens a partir dos seus fundamentos religiosos e para pronunciar uma oração, sempre adaptada para a ocasião do ato ecumênico.

O grupo inter-religioso referido foi atuante na década de 1990 e no início dos anos 2000. Depois se desmobilizou parcialmente, devido a situações envolvendo alguns dos seus membros. Assim, por exemplo, Pai Pernambuco faleceu em 2004 e Padre Roberto Paz foi ordenado bispo em 2008 e desde 2011 é bispo da Diocese de Campos, no Rio de Janeiro. O babalorixá Clóvis Alberto do Xangô Aganju, que sucedeu Pai Pernambuco à frente do CEUCAB, é o atual representante das religiões afro-brasileiras no referido grupo inter-religioso.

PREOCUPAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE

Pai Pernambuco sempre mostrou preocupação com o meio ambiente em geral e com situações envolvendo as religiões afro-brasileiras e sua relação com o ambiente. Este foi, aliás, o tema que pai Pernambuco solicitou que eu dissertasse num dos seminários que promovia anualmente, como veremos abaixo. Na ocasião, falei especialmente sobre Onilé, a Dona da Terra, o orixá que representa nosso planeta como um todo, o mundo em que vivemos⁴.

A inquietude de Pai Pernambuco resultava, em certa medida, das controvérsias sociais envolvendo as oferendas públicas realizadas por membros das religiões afro-brasileiras, muitas vezes depositadas em cruzamentos das vias públicas das cidades, além de margens de rios e do mar, bem como em entradas de bosques e matas. Visando reduzir a polêmica e orientar os seguidores desse segmento religioso, Pai Pernambuco tomou a iniciativa – acompanhado neste particular pelos presidentes de outras federações afro-religiosas, a saber: Jorge Verardi, da AFROBRAS, Herculano Nogueira, da AFRO-RITO e Sebastião Madeira de Lima, da Congregação Espiritualista de Umbanda do Rio Grande do Sul – de produzir e divulgar em 10 de janeiro de 1996 um documento intitulado “Projeto de Instruções para Rituais Externos”.

⁴ O mito de Onilé pode ser encontrado em vários poemas do oráculo de Ifá, estando vivo ainda hoje no Brasil, na memória de seguidores do candomblé (Prandi, 2001).

A ação conjunta das federações se inscreve na perspectiva da força de que são portadoras, diferentemente da ação individual de algum líder religioso⁵. Na introdução do referido documento consta que se trata de

algumas normas que deverão ser observadas por ocasião dos trabalhos, visando, com isto, dar mais responsabilidade e maior sentido religioso aos atos públicos realizados em nome da Umbanda. A finalidade é que evitem críticas, como as já surgidas, e, inclusive, publicadas pela imprensa local, vindo em desabono dos Centros, das Federações e da própria Religião, tão pura e tão divina em sua essência.

O documento é composto de 15 artigos e está assinado pelos três dirigentes de federações acima referidos, além de Pai Pernambuco, enquanto presidente do CEUCAB. A tônica do “projeto” reside na tentativa de conscientização dos fiéis no sentido de realizarem suas oferendas com seriedade, responsabilidade, discrição e atenção para com a higiene e o resguardo do meio ambiente. Atenção especial é dada aos rituais e oferendas realizadas na praia. Neste local, diz o artigo 11 do documento,

após o trabalho, deve ser rigorosamente limpo e deixado nas mais perfeitas condições de higiene. A disciplina, a obediência, o comportamento, o respeito pelos trabalhos e a limpeza do local são demonstração de evolução, de civilidade, de consciência do que se faz e, principalmente, uma prova da educação dos umbandistas.

⁵ Neste particular, Cintia Aguiar de Avila, que realizou várias entrevistas com Pai Pernambuco, escreve o seguinte: “Pernambuco defendia ferrenhamente o trabalho das federações, pois pensava que estas representavam um número muito grande de casas de religião. Para ele, a federação representava uma força conjugada, pois “se uma casa de religião vai à prefeitura, nunca vai ser recebida. Agora, se eu (presidente do CEUCAB) for, eu sou. Mas não porque sou eu, é porque a federação representa quatro ou cinco mil casas”. E sempre repetia: “Uma vara de marmelo tu quebra facilmente, mas um feixe de varas tu não vai quebrar nunca”. Via as federações como um elemento de ligação e de defesa das casas de religião junto às autoridades. E se alguém ousasse intervir nos seus rituais, o presidente da federação tem o direito e o dever de defendê-la” (Avila, 2009, p. 41).

Assim como este, outros artigos do documento reforçam a importância das oferendas, as quais, porém, devem se revestir de bom gosto, serem discretas e estritamente adequadas aos rituais, sem provocarem alterações ao meio ambiente.

Esta iniciativa oriunda das federações afro-religiosas do Rio Grande do Sul foi muito bem recebida pelo poder público municipal de Porto Alegre. Assim, em setembro de 2000 a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMA) editou uma brochura intitulada “A Educação Ambiental e as Práticas das Religiões Afro-Umbandistas”. De autoria das federações referidas e da SEMA, a brochura – composta de 10 páginas, ilustrada, tendo tido uma tiragem inicial de 5.000 exemplares – informa que tem como objetivo “orientar as Casas de Religião e funcionários do poder público municipal e estadual sobre procedimentos em relação a cultos e colocação de trabalhos religiosos no meio ambiente”. No mesmo espírito do Projeto acima referido, essa brochura da SEMA consiste num manual de aconselhamentos em relação às oferendas, tendo como pressuposto a preservação da natureza.

Reitero que Pai Pernambuco se destacou como inspirador, mediador e ativista na produção, edição e divulgação dos documentos acima referidos, em razão do interesse que nutria no sentido de que a realização dos rituais afro-religiosos “externos” ocorressem com respeito à natureza e ao meio-ambiente.

PROMOÇÃO DE CONGRESSOS AFRO-RELIGIOSOS

Especialmente na década de 1990 o poder executivo municipal de Porto Alegre abriu-se para atender os interesses das minorias, também religiosas, e das camadas desfavorecidas da sociedade⁶. Foi nesta época que Pai Pernambuco, que integrou o Conselho Político, primeiramente do candidato e

⁶ Como se sabe, foi o período em que o Partido dos Trabalhadores esteve à frente do executivo municipal da capital do Estado, tendo sido seus prefeitos Olivio Dutra (de 1/1/1989 a 1/1/1993), Tarso Genro (de 1/1/1993 a 1/1/1997), Raul Pont (de 1/1/1997 a 1/1/2001), Tarso Genro (de 1/1/2001 a 4/4/2002) e João Verle (de 4/4/2002 a 1/5/2005).

depois do prefeito Tarso Genro⁷, mobilizou-se para promover uma série de seminários, denominados “Seminário Cultural e Teológico da Umbanda e das Religiões Afro-Brasileiras”. O primeiro seminário ocorreu em 1996 e todas as suas edições, que se reproduziam anualmente, ocorreram no auditório da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e contou sempre como uma grande plateia de participantes. Em sua abertura geralmente compareciam as mais altas autoridades do estado e do município, como o governador, o prefeito, os presidentes das assembleias legislativas estaduais e municipais, além de secretários estaduais e municipais. No encerramento dos eventos sempre ocorriam apresentações de danças afro, eram celebrados rituais, era cantado o hino da umbanda e realizado um coquetel.

Os seminários obedeciam sempre ao mesmo formato. Sua duração era de cerca de três dias, ocorriam às noites e dele participavam como palestrantes eminentes líderes afro-religiosos locais, do Estado ou do país, além de professores e pesquisadores também locais ou de outros estados e também do exterior.

Sobre acadêmicos internacionais que participaram dos seminários menciono Alejandro Frigerio, da Argentina e Renzo Pi Hugarte, do Uruguai. Do país foram convidados e pronunciaram conferências nesses eventos Reginaldo Prandi, Ordep Serra, Sergio Ferretti, Mundicarmo Ferretti, José Flavio Pessoa de Barros, Muniz Sodré, Maria Helena Villas Boas Concone e Armando Vallado, este na condição de acadêmico e pai-de-santo paulista, iniciado pelo Pai Agenor Miranda Rocha. Também participaram como conferencistas outros eminentes nomes, como Abdias do Nascimento, ativista político, poeta, escritor e dramaturgo, o qual, quando participou do III Seminário, ocorrido entre 2 e 5 de outubro de 1997, era também senador da

⁷ Como disse em outro lugar (Oro, 2002), Pai Pernambuco era o único representante do Conselho Político de Campanha da Frente Popular (formado então por cerca de 160 pessoas de destaque das várias áreas de atuação social e profissional) por ocasião das eleições municipais de 2000, e posteriormente integrou o Conselho Político de Governo da Frente Popular (formado por cerca de 300 pessoas). Além disso, a partir de janeiro de 2002 foi escolhido como membro do Conselho Municipal de Cultura.

República, posto que havia ocupado a vaga após a morte de Darcy Ribeiro. Pessoalmente, participei como conferencista em duas oportunidades. Após a realização do evento no ano de 1999, enviei formalmente ao Pai Pernambuco uma carta, onde teço considerações sobre a importância cultural e política dos seminários que ele organizava. Esta foi a carta:

Porto Alegre, 29 de novembro de 1999

Ilmo. Sr.

Adalberto Pernambuco Nogueira

MD Presidente do CEUCAB

N/Cidade

Senhor Presidente,

Tenho a satisfação de me dirigir a V. S^a para parabenizá-lo pela iniciativa da organização de mais uma edição do Simpósio Teológico e Cultural sobre Umbanda e Religiões Afro-Brasileiras.

Gostaria de enfatizar sobretudo três importantes méritos que esse congresso logrou conquistar ao longo dos anos.

Em primeiro lugar, tornou-se um espaço de agregação de distintos segmentos que se ocupam ou se interessam pela cultura e religiosidade afro-brasileira. Assim sendo, membros participantes dessa religião, em distintos níveis, encontram-se e convivem durante alguns dias com acadêmicos, pesquisadores, políticos e demais pessoas interessadas pela religião num clima de cordialidade. Neste sentido, trata-se de um congresso aberto a todos e democrático.

Em segundo lugar, detém um significado simbólico importante ao se realizar com a colaboração da Secretaria Municipal e Estadual de Cultura, na Assembleia Legislativa do Estado, ou seja, num espaço político, onde não somente políticos participam do congresso mas onde há uma demonstração social de aproximação e entendimento da facção política com esta religião,

contrariamente ao que ocorreu ao longo de nossa história. Neste sentido, trata-se de um congresso único e singular em todo o Brasil.

Em terceiro lugar, traz a Porto Alegre renomados pesquisadores e especialistas em cultura e religiosidade africana do país, oportunizando um contato frutífero para os membros e interessados em religião africana de nosso Estado.

Esses pontos constituem apenas uma parcela dos aspectos relevantes do Simpósio que desejo ver realizado em muitas outras edições nos anos vindouros.

Cordialmente,

Ari Pedro Oro

Professor do Departamento de Antropologia da UFRGS

PAI PERNAMBUCO: CIDADÃO DE PORTO ALEGRE

Devido ao conjunto de atividades e iniciativas promovidas por Pai Pernambuco – algumas das quais menciono acima, ainda que rapidamente – que refletem o seu engajamento na sociedade gaúcha e a sua atuação compromissada com um segmento religioso historicamente estigmatizado no Rio Grande do Sul, mas não somente aqui, a Câmara Municipal de Porto Alegre lhe outorgou o título de Cidadão de Porto Alegre.

A distinção foi proposta pelo então vereador Gerson Almeida, do PT, em 2 de abril de 1997 e foi oficialmente admitida em projeto de lei no Plenário Aloísio Filho, da Câmara Municipal, em 16 de setembro de 1997.

Na exposição de motivos, justificando aos seus pares a demanda pela distinção ao Pai Pernambuco, o vereador referido enfatizou que o faz levando em conta a “postura pessoal de compromisso com a comunidade religiosa, denotando tenacidade, caráter e liderança, com um ‘currículo’ extremamente importante” e porque o homenageado “adotou Porto Alegre como sua cidade natal, onde desenvolveu sua atuação profissional e religiosa”.

Na ata da sessão solene da Câmara Municipal do dia 16 de setembro de 1997 consta que a mesma, presidida pelo vereador Reginaldo Pujol, foi concorrida, contando com a presença de vários vereadores, de diferentes partidos políticos, de vários líderes afro-religiosos, especialmente presidentes de federações, familiares do homenageado, como sua esposa Celia Maria Plácido Santos, filhos e netos. Também compareci nesta solenidade, bem como a professora Neiva Fernandes, do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul.

Em seus pronunciamentos, os vereadores destacaram algumas virtudes do homenageado. Assim, Reginaldo Pujol diz estar lisonjeado por presidir a sessão de outorga do título a alguém que dedicou parte importante de sua vida à atividade religiosa em benefício das pessoas de Porto Alegre; Nereu D'Avila lembrou a luta contra o preconceito religioso e a liberdade religiosa; Anamaria Negroni lembrou o seu constante interesse em divulgar na imprensa e em atividades culturais aspectos da formação religiosa brasileira; enfim, Gerson Almeida ressaltou a sua contribuição para o engrandecimento das relações humanas e o seu espírito de cidadania visando resolver especialmente os impasses criados na relação entre a prática afro-religiosa de realizar oferendas e a sustentabilidade ambiental.

Antes do encerramento da sessão Pai Pernambuco tomou a palavra e começou revelando que sua admiração pelo Rio Grande do Sul começou ainda jovem, em sua terra natal, quando leu o livro *O Tempo e o Vento* de Erico Verissimo. Considerava a distinção que agora estava recebendo não somente como a de um cidadão porto-alegrense mas do Rio Grande do Sul. Mencionou que como gerente do Banco do Brasil intermediou financiamentos para várias indústrias do Estado. Confessou que seu ingresso no campo afro-religioso, na condição de dirigente da União de Umbanda do Estado do Rio Grande do Sul, adveio após “ver aqueles irmãos serem perseguidos, humilhados e sofrerem na carne pelo fato de serem africanistas e umbandistas”. Pai Pernambuco finalizou o seu discurso exaltando a sua religião, com estas palavras: “a nossa religião tem um fundamento e que esse fundamento é belo, é puro, é maravilhoso”. Ao mesmo tempo, porém,

teve a humildade de reconhecer excessos que então existia. Disse ele: “hoje vivemos uma desorganização, onde a magia de sangue (sacrifício de animais) se transformou em orgia de sangue, mas isto vai ser corrigido e a nossa religião reviverá”.

A sessão foi finalizada pelo seu presidente, vereador Reginaldo Pujol, que antes de convidar a todos cantarem o hino rio-grandense lembrou “que na Casa do Povo de Porto Alegre a liberdade de religião, a liberdade de culto, é um compromisso que afirmamos e reafirmamos de todos os meios”.

Após a cerimônia lembro do enorme entusiasmo e grande emoção que transparecia no rosto do homenageado. Era contagiante a sua alegria e satisfação pelo recebimento do título honorífico de Cidadão de Porto Alegre outorgado pela Câmara de Vereadores de Porto Alegre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Adalberto Pernambuco Nogueira, o Pai Pernambuco, presidente do Conselho Estadual da Umbanda e dos Cultos Afro-Brasileiros (CEUCAB), era um sujeito bastante ativo e inquieto. A resposta que eu ouvia dele quando lhe indagava, por telefone, ou pessoalmente, “como está Pai Pernambuco?”, era invariavelmente esta: “brigando sempre!”.

Nessa expressão ele sintetizava o seu estado de espírito, sempre ativo e atuante, voltado especialmente para a luta e a defesa de algo associado à sua religião. Embora algumas vezes o “brigando sempre” pudesse estar associado à alguma disputa com agentes do poder público ou com outros agentes afro-religiosos – algo recorrente, mas não negativo, neste campo religioso, embora não somente nele⁸ – na maioria das vezes a expressão sinalizava o seu combate em benefício de alguma casa de religião que estava

⁸ Lembremos que em termos organizacionais as religiões afro-brasileiras possuem uma variedade de federações e uma pulverização de terreiros, sendo todos ao mesmo tempo autônomos e rivais entre si. Até certo ponto, a autonomia provoca a concorrência e desfavorece a união (Prandi, 1991; 1992).

sendo perseguida, de algum agente religioso que passava por um momento difícil, de algum projeto que precisava de apoio público ou institucional e assim por diante.

Mas, o alcance e a amplitude da expressão “brigando sempre” poderia ser ainda mais amplo. Poderia referir a sua luta contra alguma doença, sobretudo o diabetes, que o incomodou bastante ao longo da vida. Poderia, também, refletir a sua constante procura por livros sobre as religiões afro-brasileiras em particular ou sobre o campo religioso em geral, seja um lançamento, um livro raro ou um título já esgotado. Numa época em que a internet era incipiente, o contato com livrarias e sebos de outros estados do país era algo complicado e, neste sentido, todas as vezes que Pai Pernambuco me recebia em seu escritório, me mostrava o último livro adquirido ou algum título que estava procurando. Foi deste seu empenho, desta sua luta, levada a cabo durante anos, que conseguiu montar uma biblioteca que certamente reunia todos os principais títulos sobre as religiões afro-brasileiras, as religiões afro-americanas e o campo religioso nacional⁹.

Por tudo isto, o desaparecimento de Pai Pernambuco constituiu-se numa perda sentida. Calou-se um líder religioso erudito e entusiasta de sua religião e um cidadão que havia conquistado a respeitabilidade na cidade. Felizmente, outros líderes afro-religiosos do Estado mantêm a mesma tenacidade, seriedade e responsabilidade na condução de federações e terreiros, fazendo com que o Rio Grande do Sul se mantenha como um dos estados mais representativos do campo afro-religioso nacional.

⁹ Após o falecimento de Pai Pernambuco seus familiares expressaram o desejo de doar para a UFRGS parte significativa da sua biblioteca. Infelizmente, entraves burocráticos existentes nesta Instituição de Ensino Superior impediram que a oferta fosse concretizada, prejudicando, assim, obviamente, estudantes, professores e pesquisadores interessados por aquela literatura especializada.

REFERÊNCIAS

- AVILA, Cintia Aguiar de. *Na interface entre religião e política: origem e práticas da Congregação em Defesa das Religiões Afro-Brasileiras (CEDRAB/RS)*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Cultural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.
- DA SILVA, Maria Helena Nunes. *O “Príncipe” Custódio e a “Religião” Afro-Gaúcha*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Cultural da Universidade Federal de Pernambuco, 1999.
- ORO, Ari Pedro. Religiões Afro-Brasileiras do Rio Grande do Sul: Passado e Presente. *Estudos afro-asiáticos*, n. 2, ano 24, 2002, p. 345-384.
- ORO, Ari Pedro. *Na Amazônia um messias de índios e brancos*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- PEREIRA, Lenora Silveira. *A discreta presença dos muçulmanos em Porto Alegre. Uma análise antropológica das articulações de significados e da inserção do Islamismo no pluralismo religioso local*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Cultural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.
- PRANDI, Reginaldo. “Linhagem e legitimidade no candomblé paulista”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n.14, p. 18-31, 1990.
- PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- PRANDI, Reginaldo. *Os Candomblés de São Paulo: a velha magia na metrópole nova*. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

Recebido em: 31/12/2018

Aprovado em: 31/12/2018

